



**MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA VARGEM ALEGRE  
ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Lei Nº 611/2021**

**CERTIFICO QUE O ATO FOI  
PUBLICADO NO DIA**

**Ass.: João B. Breno Júnior**  
**SECRETÁRIO MUNICIPAL  
DE ADMINISTRAÇÃO**

**“CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE  
SANEAMENTO BÁSICO (FMSB) E O  
CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO  
BÁSICO DO MUNICÍPIO DE SÃO  
SEBASTIÃO DA VARGEM ALEGRE, DA  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

A Câmara Municipal de São Sebastião da Vargem Alegre aprova, e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica criado o Fundo Municipal de Saneamento Básico (FMSB), vinculado à Secretarias de Meio Ambiente e Infraestrutura.

**Parágrafo único.** Os recursos do FMSB serão aplicados exclusivamente em saneamento básico no município, após consulta ao Conselho Municipal de Saneamento Básico.

**Art. 2º** - Os Recursos do FMSB serão provenientes de:

- I - Repasses de valores do orçamento geral do município, desde que não vinculados à receita de impostos;
- II - Percentuais da arrecadação relativa as tarifas e taxas decorrentes da prestação dos serviços de captação, tratamento e distribuição de água, de coleta e tratamento de esgotos, resíduos sólidos e serviços de drenagem urbana;
- III - Valores de financiamentos de instituições financeiras e órgãos públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros;
- IV - Produto de convênios e/ou contratos firmados com outras entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiros;
- V - Produto de arrecadação de multas e juros de mora por infração decorrente dos convênios e ou contratos mencionados no inciso anterior, bem como de ajustes de conduta dele oriundos;
- VI - Quaisquer outros recursos destinados ao fundo.

**Parágrafo único.** O resultado dos recolhimentos financeiros será depositado em conta bancária exclusiva e poderão ser aplicados no mercado financeiro ou de capitais de maior rentabilidade, sendo que tanto o capital como os rendimentos somente poderão ser usados para as finalidades específicas descritas nesta lei.

**Art. 3º** - Os orçamentos do FMSB obedecerão às normas estabelecidas pela Lei nº 4.320/64, bem como as instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado e as estabelecidas no orçamento Geral do Município, de acordo com os princípios da Unidade e Universalidade.

**Parágrafo único:** A Administração Executiva do FMSB será de exclusiva responsabilidade do Executivo Municipal por meio das Secretarias de Meio Ambiente, Infraestrutura, regulamentadas por Decreto as obrigações e nos orçamentos as vinculações.



**MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA VARGEM ALEGRE  
ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Capítulo II  
Do Conselho Municipal de Saneamento Básico**

**Art. 4º** - Fica criado Conselho Municipal de Saneamento Básico no âmbito do Município de São Sebastião da Vargem Alegre, Estado de Minas Gerais, órgão colegiado autônomo, normativo, deliberativo, consultivo e fiscalizador das questões que afetam o saneamento básico e seu controle social, em conformidade com art. 47 da Lei Federal nº11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o Saneamento Básico.

**Art. 5º** - São Atribuições do Conselho Municipal de Saneamento

- I - Elaborar seu regimento interno;
- II - Dar encaminhamento às deliberações das Conferências Municipal, Regional, Estadual e Nacional de Saneamento Básico;
- III - Articular discussões para implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico;
- IV - Opinar sobre questões de caráter estratégico para o desenvolvimento do município quando couber;
- V - Emitir pareceres sobre propostas de alteração da Lei do Plano Municipal de Saneamento Básico e dos regulamentos;
- VI - Acompanhar a execução do desenvolvimento de planos e projetos de interesse do desenvolvimento do Município;
- VII - Opinar sobre projetos de lei de interesse da política do Saneamento Municipal, antes do seu encaminhamento a Câmara;
- VIII - Opinar sobre casos não previstos na Lei do Plano Municipal do Saneamento Básico e na Legislação Municipal correlata;
- IX - Fiscalizar a aplicação dos recursos de competência do FMSB, bem como acompanhar seu cronograma de aplicação;
- X - Fiscalizar o cumprimento das propostas do Planos de Saneamento Básico, ou dos Planos setoriais previstos no caput do art.19 da lei nº 11.445/2007 ou ainda de suas revisões ordinárias e extraordinárias;
- XI - Ter conhecimento e opinar sobre os editais e contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de Saneamento Básico;
- XII - Proceder relatórios periódicos de fiscalização e de avaliação dos serviços;
- XIII - Fiscalizar a valorização da política de Saneamento Básico do município através de investimentos, projetos, obras e demais intervenções relevantes para a boa prestação dos serviços públicos de saneamento; e
- XIV - Opinar nos atos de regulação relativos à revisão de tarifas e de outros preços públicos e aos parâmetros de qualidade dos serviços.

**Art. 6º** - O conselho será composto de 6(seis) membros efetivos, além de seus respectivos suplentes, com mandato de 2 (dois) anos, admitida a recondução, nomeados por decreto do(a) prefeito(a), da seguinte forma:





**MUNICIPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA VARGEM ALEGRE  
ESTADO DE MINAS GERAIS**

- I- 01(um) representante da Secretaria Municipal do Meio Ambiente;
- II- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura;
- III- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- IV- 02 (dois) representantes de usuarios do serviço de Saneamento Básico;
- V- 01 (um) representante dos lojistas/comerciantes, a a ser indicado por entidade representativa local.

§1º. Os membros devem exercer seus mandatos de forma gratuita, vedada a percepção de qualquer vantagem de natureza pecuniária.

§2º. O suporte técnico e administrativo necessário ao funcionamento do conselho será prestado pela Secretaria Municipal Meio Ambiente e Infraestrutura;

§3º. As reuniões do conselho são públicas, facultado aos munícipes solicitar por escrito e com justificativa, que se inclua assunto de seu interesse na pauta da primeira reunião subsequente;

§4º. O presidente do conselho será eleito pelos conselheiros;

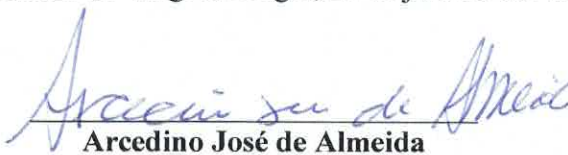
§5º. O representante dos usuários de serviços de saneamento não poderá ter qualquer vínculo, direto ou indireto, com empresas concessionária, permissionária, autorizatória ou prestadora de quaisquer dos serviços públicos de Saneamento Básico.

**Art.7º** - São atribuições do Presidente do Conselho:

- I - Convocar e presidir as reuniões do conselho;
- II - Solicitar pareceres técnicos sobre temas relevantes na área de saneamento e nos processos submetidos ao conselho;e
- III - Firmar as atas das reuniões e homologar as resoluções e decisões.

**Art. 8º** - Esta lei entra em vigor da data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

São Sebastião da Vargem Alegre, 25 de janeiro de 2021.

  
**Arcedino José de Almeida**  
Prefeito Municipal